

**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA**  
**EM REGIME DE APROVAÇÃO CONDICIONADA**

**AVISO Nº LISBOA -18- 2023- 02**

**Estágios**

**EIXO PRIORITÁRIO: 5** – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

**OBJETIVO TEMÁTICO: 8** – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

**PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 8 i** – Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores

**FUNDO ESTRUTURAL:** Fundo Social Europeu

**TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO: 18** – Integração dos jovens e/ou adultos no mercado laboral

**TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO:** Estágios

**DATA DE ABERTURA:** 1º dia útil a seguir à publicação do presente aviso

**DATA DE ENCERRAMENTO:** 15 dias após a publicitação do presente aviso

## Índice

1. Enquadramento .....	3
2. Objetivos .....	3
3. Ações elegíveis .....	4
4. Beneficiário .....	4
5. Entidades destinatárias elegíveis .....	4
6. Destinatários elegíveis .....	4
7. Área geográfica .....	5
8. Calendário para apresentação da candidatura .....	5
9. Procedimento para apresentação das candidaturas .....	5
10. Dotação indicativa do fundo a conceder .....	5
11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário .....	5
12. Prazo de execução da candidatura .....	5
13. Documento obrigatório a apresentar com a candidatura .....	5
14. Indicadores a contratualizar .....	5
15. Forma, montantes e limites dos apoios .....	6
16. Regras de elegibilidade das despesas .....	6
17. Processo de análise e decisão das candidaturas .....	6
18. Regime de financiamento de aprovação condicionada .....	7
19. Processo de decisão, execução e pagamentos .....	7
20. Direitos e obrigações do beneficiário .....	8
21. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações .....	10
22. Divulgação dos Resultados .....	10
23. Outras disposições .....	10
24. Ponto de contacto .....	10
Anexo 1 – Atividades passíveis de financiamento .....	11
Anexo 2 - Deliberação da CIC sobre aplicação de custos simplificados no âmbito dos estágios profissionais .....	18
Anexo 3 - Fluxograma de decisão .....	31

## 1. Enquadramento

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, n.º 265/2016, de 13 de outubro, n.º 41/2018, de 1 de fevereiro, n.º 235/2018, de 23 de agosto, n.º 66/2019, de 20 de fevereiro, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 163/2020, de 1 de julho, n.º 279/2020, de 7 de dezembro, n.º 131/2021, de 25 de junho, n.º 305/2021, de 17 de dezembro, n.º 88/2022, de 7 de fevereiro, n.º 152/2022, de 27 de maio, e Portaria n.º 265/2022, de 02 de novembro, doravante designado por Regulamento Específico, as candidaturas são apresentadas por concurso ou por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)) e na página da Internet da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020.

O presente aviso configura um convite e foi elaborado nos termos do n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-L/2020, de 26 de março e do artigo 9.º do Regulamento Específico, estando dispensada a fundamentação específica prevista no seu n.º 6 em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º daquele Decreto-Lei, por força da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do PORTUGAL 2020 n.º 82/2015, de 11 de novembro, tratando-se da intervenção de beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas.

Com o presente aviso convite pretende-se garantir um nível de alocação dos recursos financeiros do eixo e do programa compatível com a melhor execução dos recursos disponíveis para a região.

Considerando que a dotação global do Programa Operacional Regional de Lisboa já está comprometida, não existindo recursos financeiros, no imediato, para o financiamento de novas operações, este Aviso Convite não constitui assim uma garantia de financiamento.

Constitui objetivo geral deste Aviso Convite a constituição de uma reserva de despesa válida e elegível, cujo financiamento não está assegurado no imediato, mas que pode originar um financiamento efetivo, caso existam quebras acima do estimado, decorrentes de anulações de compromissos, da realização das operações abaixo dos valores aprovados e de correções financeiras resultantes de ações de verificações no local e auditorias

Neste contexto, a aprovação da candidatura não confere garantia ao beneficiário de acesso ao financiamento do Programa Operacional Regional de Lisboa, ficando o mesmo condicionado à existência de disponibilidades apuradas ao longo do encerramento do programa.

O presente aviso cumpre o previsto na Deliberação CIC, n. 01/2022, de 21.01.2022.

## 2. Objetivos

O presente convite destina-se a apoiar os estágios previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Específico, os quais têm por objetivos:

- a) Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade;
- b) Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas;
- c) Apoiar a transição para o mercado de trabalho;
- d) Apoiar a melhoria das qualificações e contribuir para a reconversão da estrutura produtiva;

e) Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida.

### 3. Ações elegíveis

O presente aviso integra estágios desenvolvidos no enquadramento de vários instrumentos de política pública, correspondendo aos regimes contidos nos diplomas nacionais seguintes:

- A Medida Estágios ATIVAR.PT instituída pela Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, alterada pela Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho, pela Portaria n.º 331-A/2021, de 31 de dezembro, e regulamentada pelo Despacho n.º 714-B/2021, de 15 de janeiro e Portaria n.º 293/2022 de 12 de dezembro, regulamentada por Despacho n.º 691/2022, de 17 de janeiro e pelo Despacho n.º 5604/2023, de 16 de maio.

Não será financiada a candidatura em que a totalidade dos projetos das entidades destinatárias nela incluída esteja materialmente concluída antes da apresentação do pedido de financiamento pelo beneficiário à Autoridade de Gestão, atento o n.º 6.º do artigo 65.º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na sua atual redação.

### 4. Beneficiário

Pode candidatar-se aos apoios previstos nesta tipologia de operação o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., (IEFP, I.P.) tal como previsto na alínea a) do artigo 25.º do Regulamento Específico, porquanto é o organismo público responsável pela concretização dos instrumentos de política pública identificados.

### 5. Entidades destinatárias elegíveis

Os financiamentos a conceder pelo Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 em determinadas prioridades de investimento (PI) têm de evidenciar coerência com a EREIL - Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa - estratégia RIS3 Lisboa 2014-2020 e RIS3 Lisboa 2021-2027, no período aplicável.

A articulação entre as medidas de política pública de Estágios (PI 8i) e os domínios de especialização da EREIL tem por objetivo diferenciar o combate ao desemprego e o reforço da empregabilidade. Para ganhar sentido o racional da elaboração da estratégia neste domínio, torna-se necessário uma articulação estreita entre as atividades das entidades que se disponibilizam a receber os estagiários, e que poderão vir a ser potenciais entidades empregadoras, e as atividades económicas (CAE rev3) presentes nos domínios de especialização da RIS3. Ou seja, nestas atividades importa assegurar o desenvolvimento de competências relevantes à sua prossecução, para o que contribuirá a medida ativa de emprego relativa aos estágios objeto do presente Aviso. Deste modo, serão elegíveis para financiamento os estágios promovidos pelas entidades destinatárias acolhedoras de estagiários que desenvolvam qualquer uma das **atividades económicas descritas no anexo 1**, garantindo assim a melhoria de condições de empregabilidade desses estagiários, com vista ao reforço do capital humano necessário à sustentação da EREIL. Consequentemente, não são apoiadas pelo POR Lisboa 2020 candidaturas das entidades destinatárias que operem em atividades económicas não especificadas nesse anexo.

### 6. Destinatários elegíveis

São elegíveis no âmbito da presente tipologia de operação os destinatários/participantes previstos no âmbito dos diplomas normativos enquadradores da política pública referidos no ponto 3 do presente Aviso

## **7. Área geográfica**

São elegíveis, no âmbito do presente aviso, as operações que abranjam projetos de entidades destinatárias que se desenvolvam na Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II).

## **8. Calendário para apresentação da candidatura**

O período para apresentação das candidaturas decorre das 08H00 do dia seguinte à publicitação do Aviso Convite e as 18H00 do décimo quinto dia após essa publicitação.

## **9. Procedimento para apresentação das candidaturas**

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, o beneficiário deve efetuar, ou assegurar que foi efetuado, o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, da qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se. Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

## **10. Dotação indicativa do fundo a conceder**

A despesa pública indicativa para o presente convite é de 39 M€ (trinta e nove milhões de euros). A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (50%) e pela Contribuição Pública Nacional (50%), a qual é suportada pelo beneficiário, nos termos do n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento Específico.

## **11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário**

No âmbito do presente convite, o IEFP I.P. só pode apresentar uma candidatura.

## **12. Prazo de execução da candidatura**

A candidatura apresentada no âmbito deste convite poderá ter a duração máxima de 36 (trinta e seis) meses, devendo estar concluída até 31 de dezembro de 2023.

## **13. Documento obrigatório a apresentar com a candidatura**

Ao formulário eletrónico de cada candidatura tem obrigatoriamente que ser anexado, através de *upload*, em “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”:

- Documento que explicita os cálculos que sustentam o montante financeiro solicitado.

## **14. Indicadores a contratualizar**

Na candidatura o IEFP, I.P deve propor metas a contratualizar com a AG para os indicadores de realização e resultado, tendo em consideração os valores de referência a seguir indicados:

Indicadores de Realização e Resultado			
Indicador		Unidade	Valor-alvo
Indicador de Realização	Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais	Nº	5.800
Indicador de Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	%	72,00

## 15. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste aviso revestem a natureza de subvenção não reembolsável e assumem a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, previstas na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Por Deliberação n.º 2 EE/2015 da CIC Portugal 2020, de 21 de outubro, alterada pela Deliberação n.º 2 F/2016, de 20 abril, pela Deliberação n.º 2 H/2017, de 18 de julho, e pela Deliberação n.º 28/2021<sup>1</sup>, de 6 de setembro, em Anexo 2, foi aprovada a aplicação desta modalidade para as candidaturas dos estágios profissionais promovidos pelo IEFP, IP..

## 16. Regras de elegibilidade das despesas

Na presente tipologia de operações são elegíveis as comparticipações do IEFP, IP, na qualidade de beneficiário público responsável pela execução de políticas públicas, que garantam a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo dos diplomas enquadradores mencionados no ponto 3 e na modalidade de custos unitários, sendo a determinação dos montantes de despesa a aprovar efetuada com base na atividade física declarada.

Ao período de elegibilidade inicial da operação aplica-se o n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, n.º 255/2020, de 27 de outubro, e nº 43/2021, de 23 de fevereiro.

## 17. Processo de análise e decisão das candidaturas

A decisão fundamentada sobre a candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Regional de Lisboa 2020, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de encerramento da candidatura.

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

O IEFP, I.P. é ouvido no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da

<sup>1</sup> [https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=29&fileName=del28\\_2021\\_0.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=29&fileName=del28_2021_0.pdf)

proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento total ou parcial e aos respetivos fundamentos.

A decisão é notificada no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver fluxograma com as respetivas etapas, constante do anexo 3 ao presente aviso).

As alterações à decisão de aprovação são formalizadas em SIFSE, via Balcão 2020, através da submissão de um pedido de alteração, formalizado no SIFSE, em formulário próprio. Se o IEPF.I.P. não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, com exceção das situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando nas candidaturas plurianuais o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam para o ano civil seguinte.

## **18. Regime de financiamento de aprovação condicionada**

O processo de aprovação condicionada e produção de efeitos em termos de pagamento do apoio ao beneficiário ocorre em duas etapas:

- **Etapas 1:** Deliberação de Aprovação condicionada, com referência expressa no respetivo Termo de Aceitação.  
A Autoridade de Gestão poderá proceder ao descondicionamento da candidatura aprovada de forma condicionada.
- **Etapas 2:** Deliberação de Aprovação não condicionada com a assinatura de uma Adenda ao Termo de Aceitação realizado na primeira etapa. Esta deliberação de aprovação retira o condicionamento da aprovação referida na etapa 1, permitindo o pagamento do(s) adiantamento(s) e do apoio correspondente à despesa submetida pelo beneficiário e validada pela Autoridade de Gestão.

## **19. Processo de decisão, execução e pagamentos**

**19.1.** A aceitação da decisão de aprovação condicionada da candidatura pelo IEPF I.P. obedece cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica, no Balcão 2020, do termo de aceitação da decisão de aprovação condicionada ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar a entidade, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início da operação no Balcão 2020.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do antedito Decreto-Lei, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.



A decisão de aprovação caduca igualmente no caso de adiamento do início da operação por período superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º-A do Regulamento Específico.

A decisão de aprovação das candidaturas é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, salvo se aquele tiver sido autorizado pela Autoridade de Gestão.

**19.2.** O IEFP, I.P. fica obrigado à submissão de pedidos de reembolso no Balcão 2020, com a periodicidade adequada, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o IEFP I.P. submeter eletronicamente no Balcão 2020 os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.

No caso de candidatura plurianual, o IEFP I.P. fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano em causa.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

A aprovação pela Autoridade de Gestão dos pedidos de reembolsos não confere o direito ao pagamento dos mesmos, a não ser que tenha sido proferida Deliberação de descondicionamento, situação em que é retomado o regime de financiamento normal das operações do FSE.

No caso de adoção de deliberação de descondicionamento, o IEFP, IP, tem direito ao financiamento da despesa, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do financiamento total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

## **20. Direitos e obrigações do beneficiário**

A submissão da candidatura confere ao IEFP I.P. o direito:



- i. À notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no presente aviso;
- ii. Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com forma, montantes e limites estabelecidos e processados dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 19;
- iii. Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente convite.

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o IEFP I.P. fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:

- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre o beneficiário e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

O IEFP I.P. fica ainda obrigado a:

- l) Utilizar um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- m) Registar regularmente, no Balcão 2020, a execução física associada às operações aprovadas pelo POR Lisboa 2020, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- n) Colaborar com a Autoridade de Gestão no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

Ao IEFP I.P. assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

## **21. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações**

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do POR Lisboa 2020, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência aos FEEI, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis em <http://www.porlisboa.qren.pt/np4/664.html>.

## **22. Divulgação dos Resultados**

No portal <https://www.portugal2020.pt> o candidato tem acesso a :

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o convite;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente convite.

## **23. Outras disposições**

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.º 1303/2013, relativo às disposições comuns e gerais relativas aos FEEI, n.º 1304/2013, relativo ao FSE, e n.º 1301/2013 relativo ao FEDER, todos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e na sua atual redação.

## **24. Ponto de contacto**

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020

Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa

Telefone: +351 213 847 930 / Correio eletrónico: [lisboa2020@ccdr-lvt.pt](mailto:lisboa2020@ccdr-lvt.pt)

Lisboa, 19 de maio de 2023

Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020

A Presidente da Comissão Diretiva

Teresa Almeida

## Anexos

### Anexo 1 – Atividades passíveis de financiamento

Código CAEVer.3	Designação
3111	Pesca marítima
3112	Apanha de algas e de outros produtos do mar
3121	Pesca em águas interiores
3210	Aquicultura em águas salgadas e salobras
3220	Aquicultura em águas doces
8931	Extração de sal marinho
8932	Extração de sal gema
10110	Abate de gado (produção de carne)
10120	Abate de aves (produção de carne)
10130	Fabricação de produtos à base de carne
10201	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura
10202	Congelação de produtos da pesca e da aquicultura
10203	Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
10204	Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura
10310	Preparação e conservação de batatas
10320	Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas
10391	Congelação de frutos e de produtos hortícolas
10392	Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas
10393	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada
10394	Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis
10395	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por processos, n.e.
10411	Produção de óleos e gorduras animais brutos
10412	Produção de azeite
10413	Produção de óleos vegetais brutos (exceto azeite)
10414	Refinação de óleos e gorduras
10420	Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares
10510	Indústrias do leite e derivados
10520	Fabricação de gelados e sorvetes
10611	Moagem de cereais
10612	Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz
10613	Transformação de cereais e leguminosas, n.e.
10620	Fabricação de amidos, féculas e produtos afins
10711	Panificação
10712	Pastelaria
10720	Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação

Código CAEVer.3	Designação
10730	Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares
10810	Indústria do açúcar
10821	Fabricação de cacau e de chocolate
10822	Fabricação de produtos de confeitaria
10830	Indústria do café e do chá
10840	Fabricação de condimentos e temperos
10850	Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados
10860	Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos
10891	Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria
10892	Fabricação de caldos, sopas e sobremesas
10893	Fabricação de outros produtos alimentares, n.e.
10911	Fabricação de pré-misturas
10912	Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto para aquicultura)
10913	Fabricação de alimentos para a aquicultura
10920	Fabricação de alimentos para animais de companhia
11011	Produção de aguardentes preparadas
11012	Fabricação de aguardentes não preparadas
11013	Produção de licores e outras bebidas destiladas
11021	Produção de vinhos comuns e licorosos
11022	Produção de vinhos espumantes e espumosos
11030	Produção de cidra e de outras bebidas fermentadas de frutos
11040	Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas
11050	Fabricação de cerveja
11060	Fabricação de malte
11071	Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente
11072	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.
18110	Impressão de jornais
18120	Outra impressão
18130	Atividades de preparação da impressão e de produtos media
18140	Encadernação e outras atividades relacionadas
18200	Reprodução de suportes gravados
21100	Fabricação de produtos farmacêuticos de base
21201	Fabricação de medicamentos
21202	Fabricação de outras preparações e de artigos farmacêuticos
26512	Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, navegação e outros fins, n.e.
26600	Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e eletroterapêuticos
26701	Fabricação de instrumentos e equipamentos óticos não oftálmicos

Código CAEVer.3	Designação
26702	Fabricação de material fotográfico e cinematográfico
28110	Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos
29100	Fabricação de veículos automóveis
29200	Fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques
29310	Fabricação de equipamento elétrico e eletrónico para veículos automóveis
29320	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis
30111	Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, exceto de recreio e de desporto
30112	Construção de embarcações não metálicas, exceto de recreio e desporto
30120	Construção e reparação de embarcações de recreio e de desporto
30200	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro
30300	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
30910	Fabricação de motociclos
30920	Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos
32121	Fabricação de filigranas
32122	Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria
32123	Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semi-preciosas para joalharia e uso industrial
32200	Fabricação de instrumentos musicais
32501	Fabricação de material ótico oftálmico
32502	Fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos
33130	Reparação e manutenção de equipamento eletrónico e ótico
33150	Reparação e manutenção de embarcações
33160	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais
33170	Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte
45200	Manutenção e reparação de veículos automóveis
45402	Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios
49100	Transporte interurbano de passageiros por caminho de ferro
49200	Transporte de mercadorias por caminho de ferro
49310	Transportes terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros
49320	Transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros
49391	Transporte interurbano em autocarros
49392	Outros transportes terrestres de passageiros diversos, n.e.
49410	Transportes rodoviários de mercadorias
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros
50200	Transportes marítimos de mercadorias
50300	Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores
50400	Transportes de mercadorias por vias navegáveis interiores

Código CAEVer.3	Designação
51100	Transportes aéreos de passageiros
51210	Transportes aéreos de mercadorias
51220	Transportes espaciais
52211	Gestão de infraestruturas dos transportes terrestres
52213	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres
52220	Atividades auxiliares dos transportes por água
52230	Atividades auxiliares dos transportes aéreos
52291	Organização do transporte
52292	Agentes aduaneiros e similares de apoio ao transporte
55111	Hotéis com restaurante
55112	Pensões com restaurante
55113	Estalagens com restaurante
55114	Pousadas com restaurante
55115	Motéis com restaurante
55116	Hotéis-apartamentos com restaurante
55117	Aldeamentos turísticos com restaurante
55118	Apartamentos com restaurante
55119	Outros estabelecimentos hoteleiros com restaurante
55121	Hotéis sem restaurante
55122	Pensões sem restaurante
55123	Apartamentos turísticos sem restaurante
55124	Outros estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
55201	Alojamento mobilado para turistas
55202	Turismo no espaço rural
55204	Outros locais de alojamento de curta duração
55300	Parques de campismo e caravanismo
56101	Restaurantes do tipo tradicional
56102	Restaurantes com lugares ao balcão
56103	Restaurantes sem serviço de mesa
56104	Restaurantes típicos
56106	Confeção de refeições prontas a levar para casa
56107	Restaurantes, n.e. (inclui atividades de restauração em meios móveis)
56210	Fornecimento de refeições para eventos
56290	Outras atividades de serviço de refeições
58110	Edição de livros
58120	Edição de listas destinadas a consulta
58130	Edição de jornais

Código CAEVer.3	Designação
58140	Edição de revistas e de outras publicações periódicas
58190	Outras atividades de edição, n.e.
58210	Edição de jogos de computador
58290	Edição de outros programas informáticos
59110	Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59120	Atividades técnicas de pós produção para filmes, vídeos e programas de televisão
59130	Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59140	Projeção de filmes e de vídeos
59200	Atividades de gravação de som e edição de música
60100	Atividades de rádio
60200	Atividades de televisão
61100	Atividades de telecomunicações por fio
61200	Atividades de telecomunicações sem fio
61300	Atividades de telecomunicações por satélite
61900	Outras atividades de telecomunicações
62010	Atividades de programação informática
62020	Atividades de consultoria em informática
62030	Gestão e exploração de equipamento informático
62090	Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
63110	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas
63120	Portais web
63910	Atividades de agências de notícias
63990	Outras atividades dos serviços de informação, n.e.
64202	Atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras
64991	Atividades de factoring
65120	Seguros não vida
69101	Atividades jurídicas
69102	Atividades dos cartórios notariais
69200	Atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal
70100	Atividades das sedes sociais
70210	Atividades das relações públicas e comunicação
70220	Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão
71110	Atividades de arquitetura
71120	Atividades de engenharia e técnicas afins
72110	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia
73110	Agências de publicidade
73200	Estudos de mercado e sondagens de opinião



Código CAEVer.3	Designação
74100	Atividades de design
74200	Atividades fotográficas
74900	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.
77110	Aluguer de veículos automóveis ligeiros
77210	Aluguer de bens recreativos e desportivos
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial
78100	Atividades das empresas de seleção e colocação de pessoal
78200	Atividades de empresas de trabalho temporário
79110	Atividades das agências de viagem
79120	Atividades dos operadores turísticos
79900	Outros serviços de reservas e atividades relacionadas
82110	Atividades combinadas de serviços administrativos
82190	Execução de fotocópias, preparação de documentos e outras atividades especializadas de apoio administrativo
82200	Atividades dos centros de chamadas
82300	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares
82910	Atividades de cobranças e avaliação de crédito
85510	Ensinos desportivo e recreativo
85591	Formação profissional
86100	Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento
86210	Atividades de prática médica de clínica geral, em ambulatório
86220	Atividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório
86230	Atividades de medicina dentária e odontologia
86901	Laboratórios de análises clínicas
86902	Atividades de ambulâncias
86903	Atividades de enfermagem
86904	Centros de recolha e bancos de órgãos
86905	Atividades termais
86906	Outras atividades de saúde humana, n.e.
87100	Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento
87200	Atividades dos estabelecimentos para pessoas com doenças do foro mental e toxicodependência, com alojamento
87301	Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
87302	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
87901	Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento
87902	Atividades de apoio social com alojamento, n.e.
88101	Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
88102	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
88910	Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

Código CAEVer.3	Designação
88990	Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.
90010	Atividades das artes do espetáculo
90020	Atividades de apoio às artes do espetáculo
90030	Criação artística e literária
90040	Exploração de salas de espetáculo e atividades conexas
91011	Atividades das bibliotecas
91020	Atividades dos museus
91030	Atividades dos sítios e monumentos históricos
91041	Atividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários
91042	Atividades dos parques e reservas naturais
93120	Atividades dos clubes desportivos
93130	Atividades de ginásio (fitness)
93210	Atividades dos parques de diversão e temáticos
93292	Atividades dos portos de recreio (marinas)
93293	Organização de atividades de animação turística
93294	Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.
95110	Reparação de computadores e de equipamento periférico
96092	Atividades dos serviços para animais de companhia

## Anexo 2 - Deliberação da CIC sobre aplicação de custos simplificados no âmbito dos estágios profissionais



COMISSÃO INTERMINISTERIAL  
DE COORDENAÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA



### Deliberação n.º 28/2021

#### Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Estágios Profissionais

Através da Deliberação n.º 22/2018, de 2 de Novembro, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, foi aprovada a atualização da metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, em conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à referida deliberação, a aplicar pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, no âmbito das ações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º e na alínea a) do n.º 9 do artigo 153.º da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, n.º 265/2016, de 13 de outubro, n.º 41/2018, de 1 de fevereiro e n.º 235/2018, de 23 de agosto.

Face à necessidade de alargar ao Programa Operacional Competitividade e Internacionalização a aplicação da referida metodologia de custos simplificados para cofinanciamento de estágios aprovados por aquele PO, inseridos no âmbito da PI 13.i em resultado da integração da iniciativa REACT-EU no texto do Programa, a CIC Portugal 2020 deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na atual redação, e do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aprovado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na atual redação, ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., adotar, para cofinanciamento dos Estágios, aprovados pelo Programa Operacional da Inclusão Social e do Emprego, Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve e Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, em conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à presente Deliberação e que dela faz parte integrante,

CIC Portugal 2020, 6 de setembro de 2021.

O Ministro do Planeamento

Ângelo  
Nelson  
Rosário de  
Souza

Assinado de forma  
digital por Ângelo  
Nelson Rosário de  
Souza  
Data: 2021.09.06  
18:31:32 +01'00'

(Nelson de Souza)

## ANEXO

## Metodologia de aplicação de Opções de Custos Simplificados

Cofinanciamento através da modalidade de **Tabela Normalizadas de Custos Unitários**,

Conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e  
alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro

## Estágios Profissionais

## 1. Estágios

Os estágios visam possibilitar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, visando a integração neste último, quer se destinem à integração de desempregados e inativos ou de jovens. Visam também o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.

No âmbito do domínio temático da Inclusão Social e Emprego, os apoios nestes domínios apresentam o seguinte enquadramento:

- **Enquadramento no domínio temático da Inclusão Social e Emprego**

PI	Objetivo específico	Ações
Estágios		
8.i	Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho
8.ii	Integração sustentável no mercado de laboral dos jovens, em especial, os que não trabalham, não estudam,	Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção do emprego de desempregados, apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho e a integração profissional de desempregados com particulares dificuldades no acesso ao mercado, através da realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras
	Integrar os jovens no mercado de trabalho, através do aumento de oportunidades de acesso e de	Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de jovens desempregados, através da realização de

	nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.	manutenção sustentada do emprego	uma experiência prática em contexto de trabalho que irá facilitar a transição no final do percurso de educação/formação para o mercado de trabalho, melhorar o seu perfil de empregabilidade e, simultaneamente, promover o conhecimento junto das empresas de novas competências que podem ser geradoras de oportunidades de criação de emprego em novas áreas
9.i	Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	As ações a desenvolver no âmbito deste objetivo deverão permitir: i) aumentar o número de pessoas integradas no mercado de trabalho após a participação nas ações aqui enquadradas; ii) aumentar a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social; iii) aumentar as competências dos adultos pertencentes a grupos vulneráveis, designadamente em termos de competências básicas de leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa.

• **Enquadramento na Iniciativa REACT\_EU:**

13.i <sup>1</sup>	Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia, enquadrado no Eixo VIII - REACT-EU FSE do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)	Apoio à criação de emprego	As ações a desenvolver no âmbito deste objetivo deverão permitir: i) complementar e desenvolver as competências dos desempregados, nomeadamente dos jovens, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através de experiência prática em contexto de trabalho; ii) apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; iii) promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; e iv) apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.
-------------------	---	----------------------------	--

<sup>1</sup> No âmbito da aprovação pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2021) 4849, de 28 de junho, da reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização referente à integração da Iniciativa REACT\_EU, foi introduzido o referido Objetivo Específico, no âmbito da PI 13.i e do Eixo 8 do referido Programa.

## 2. Modelo de custos simplificados

- **Objetivos a atingir com a aplicação do modelo**

- Simplificar a utilização e a transparência dos FEEI – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento, com a aplicação de tabelas normalizadas de custos unitários;
- Criar um mecanismo de execução simplificado, desburocratizando e racionalizando os procedimentos das entidades beneficiárias;
- Reforçar a abordagem dos Fundos orientada para os resultados, valorizando a avaliação dos aspetos qualitativos.

- **Modalidade de OCS**

A metodologia de custos simplificados assenta na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, no enquadramento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e na alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

- **Âmbito de Aplicação**

PI	PO	Eixo
Estágios		
8.i	PO ISE	1
	POR Lisboa	5
	POR Algarve	5
8.ii	PO ISE	1 e 2
9.i	PO ISE	3
	POR Lisboa	6
	POR Algarve	6
13.i	PO CI	8



- **Beneficiários**

No âmbito das tipologias de operação abrangidas neste documento o IEFP, I.P. é a entidade beneficiária direta do POISE, POR Lisboa, POR Algarve e POCL, na qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP).

- **Ações elegíveis**

São elegíveis as ações que cumpram os critérios previstos nos respetivos diplomas normativos enquadramentos das políticas públicas, designadamente as seguintes:

- **Estágios (alínea a) do art.º 24 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual, para o domínio Inclusão Social e Emprego, e o texto programático do eixo 8 do PO CL, para a Iniciativa REACT\_EU).**
  - Estágios desenvolvidos em todos os setores de atividade, comparticipados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., (IEFP, I. P.), excluindo estágios curriculares de quaisquer cursos e outros que se encontrem subordinados a um plano que requeira um perfil de formação e competências nas áreas da medicina e enfermagem, designadamente médicos e profissionais de enfermagem.
- **Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade (alínea a) do n.º 9 do art.º 153 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):**
  - Estágios de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade.

- **Enquadramento legal**

Cada aviso para apresentação de candidaturas deverá incorporar as referências aos normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura. À data deste documento, os diplomas legais<sup>2</sup> que definem as medidas enquadradas nas tipologias de operação abrangidas por esta metodologia encontram-se identificadas em anexo.

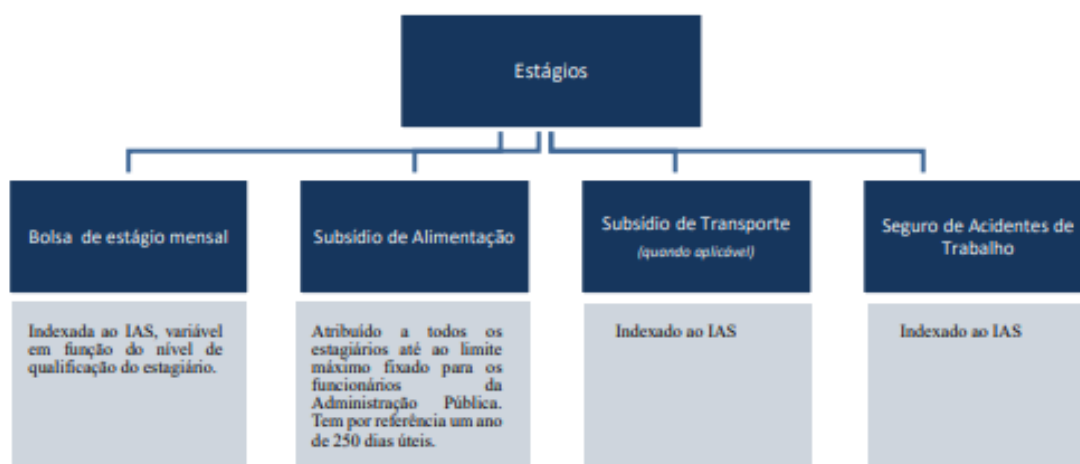
<sup>2</sup> A publicação de novos diplomas não obriga à alteração da metodologia, atendendo às sucessivas alterações de que é objeto a política pública.



- **Modalidade de OCS: Tabelas normalizadas de custos unitários**

As tabelas de custos unitários assentam nas características objetivas dos beneficiários, existindo tabelas específicas que se destinam ao financiamento de Estágios Inserção de pessoas com deficiência e incapacidade e outros públicos em situações de particular exclusão e vulnerabilidade que, pelas suas características, necessitam de um apoio majorado. As tabelas variam assim por tipologia de estágio e têm em consideração o nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, bem como a percentagem de comparticipação das bolsas de estágio às entidades promotoras.

As tabelas de custos unitários integram 4 categorias de custos no que respeita aos apoios a atribuir aos estagiários e aos encargos a assumir por parte do IEFP, I.P.



Nota: O esquema representa a totalidade do custo do estágio. O apoio público elegível, a cargo do IEFP, representa uma percentagem deste custo, a qual varia em função, nomeadamente, da dimensão e da natureza da entidade promotora do estágio. O valor remanescente fica a cargo da entidade promotora do estágio.

As características dos Estágios em matéria de duração, tipo de projeto e de apoio a assegurar aos estagiários, decorrem do estipulado na política pública e têm vindo a ser desenvolvidas com base na modalidade de financiamento de tabelas normalizadas de custos unitários, cujas matrizes se encontram publicadas nos respetivos diplomas legais.

## FÓRMULA DE CÁLCULO

Custo Unitário

 $(P \times IAS \times B) + SA + S + ST$ 

P (Ponderador). Variável de acordo com o nível de qualificação do estagiário

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

B - % de financiamento que varia em função da natureza e dimensão da entidade promotora do estágio  
SA (Subsídio de alimentação). Tem por referência um ano de 250 dias úteis, com o limite máximo fixado para os trabalhadores da administração pública

S (Seguro de Acidentes de Trabalho). Determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS

ST (Subsídio de Transporte). Quando aplicável, é determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS.

Considerando a necessidade de adaptabilidade da política pública aos contextos socioeconómicos, nomeadamente na variabilidade em curtos espaços de tempo dos montantes dos apoios e níveis de comparticipação, cada aviso para apresentação de candidaturas deverá incorporar os normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura.

### 3. Regras de elegibilidade e cofinanciamento

**Estágios** (art.º 26 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual, e o texto programático do eixo 8 do PO CI para a Iniciativa REACT\_EU.):

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as seguintes despesas:

- As que integram a comparticipação dos organismos responsáveis pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, nos termos previstos nos diplomas normativos enquadramentos, no âmbito dos estágios previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Portaria n.º 97-A/2015, na sua atual redação, e no texto programático do eixo 8 do PO CI para a Iniciativa REACT\_EU.

**Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade** (art.º 155 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):

- São elegíveis as despesas que integram a comparticipação do IEFP, I. P., nos termos previstos no diploma normativo enquadrador da política pública.

- **Cessação do apoio**

Decorre do desenho da medida já que prevê um conjunto de normas estritas cujo incumprimento determina o fim da atividade. Assim, a regulamentação aplicável aos Estágios prevê a cessação da frequência do estágio e do respetivo financiamento nas seguintes situações:

- Desistência do estágio (por iniciativa da entidade ou do estagiário);
- Assiduidade, nos termos previstos nos diversos diplomas legais aplicáveis (por exemplo, a ocorrência de 5 dias de faltas injustificadas ou de 15 dias de faltas justificadas, seguidas ou interpoladas).

Assim, estas normas apesar de não constituírem em si uma regra de corte, determinam que o financiamento do estágio é ajustado de acordo com o período temporal de frequência do estagiário.

- **Pressupostos de análise**

As intervenções abrangidas por este modelo financiam apenas custos que se encontram definidos na legislação em vigor, a qual tem sido frequentemente alterada. Decorrente destas alterações não foi possível basear a análise num histórico de financiamento pelo que o presente modelo assenta nas tabelas de custos unitários já definidas e aplicadas pela política pública.

- **Enquadramento das entidades e dos projetos face a contratação pública**

Não existe qualquer financiamento a despesas passíveis de serem enquadradas como aquisições de bens ou serviços pelo que esta matéria não tem aplicação prática nesta tipologia de operação.

- **Enquadramento das entidades e dos projetos face ao regime de Auxílios de Estado**

Constituem requisitos de verificação da existência de um auxílio de Estado:

- Ter carácter público;
- Ser concedida uma vantagem a um potencial beneficiário;
- Ter uma dimensão de seletividade;
- Falsear ou ameaçar falsear a concorrência.

No caso dos estágios profissionais não se pode considerar estar perante uma situação de distorção da concorrência, na medida em que este apoio não constitui um fator com efeitos ao nível dos custos das empresas de acolhimento dos estagiários. Na realidade, o fato de as empresas acolherem um estagiário para nelas desenvolver um plano de estágio não diminui quaisquer custos de funcionamento da empresa, uma vez que tais estagiários não são trabalhadores da empresa, não ocupando, portanto, nenhum posto de trabalho nem satisfazendo necessidades regulares de produção da empresa.

Trata-se da concessão de apoios ao jovem desempregado e não de atribuição de uma subvenção à empresa de acolhimento, ou seja, os apoios não configuram auxílios de Estado, porque quem beneficia destas intervenções são os estagiários. Nesta perspetiva importa também sublinhar que a legislação nacional nem sequer estabelece qualquer obrigação para as referidas empresas de acolhimento de vir a celebrar com os estagiários qualquer tipo de contrato laboral, após o estágio.

Aliás, aos estágios é reconhecido um papel decisivo para facilitar a transição dos jovens do mundo educativo para a esfera laboral, sendo definidos como “um período limitado de experiência profissional numa empresa, organismo público ou instituição sem fins lucrativos por parte de estudantes ou jovens que tenham recentemente concluído os seus estudos, com o objetivo de adquirirem experiência prática válida antes de começarem a trabalhar.”

Assim sendo, as entidades promotoras de estágios nesta tipologia de operação não se enquadram no âmbito da concorrência, pelo que o cofinanciamento do FSE, através dos diversos PO, em caso algum pode ser considerado um auxílio de Estado.

A legislação nacional enquadra estes estágios enquanto medida de política ativa de emprego, através da inserção no mercado de trabalho, que consiste num apoio à inserção de desempregados, visando promover períodos de profissionalização com a finalidade de facilitar a sua transição para o mercado de trabalho, não se podendo confundir com auxílios ao emprego concedidos a empresas, já que não se trata de apoiar uma qualquer relação laboral mas apenas promover e apoiar um dispositivo em que a aquisição e o aperfeiçoamento das competências sócio profissionais dos estagiários é realizada num contexto de aprendizagem em situação de trabalho.



- **Evidências e verificação**

- **Autoridade de Gestão**

No sentido de cumprir com as responsabilidades impostas pelo Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, as Autoridades de Gestão (AG) procedem, no âmbito das operações financiadas na modalidade de custos unitários, à realização de verificações que incidem fundamentalmente sobre os aspetos técnicos e físicos das operações, por forma a verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e o cumprimento das condições de apoio da operação.

As verificações de gestão a realizar consubstanciam:

- Verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso apresentado por parte dos beneficiários;
- Verificações das operações no local.

As **verificações administrativas** incidem obrigatoriamente sobre todos os pedidos de reembolso, incluindo pedidos de reembolso intermédio e de saldo final, e baseiam-se na análise de uma amostra representativa das atividades físicas objeto de financiamento, ou seja, dos estágios registados na execução física das operações.

Considerando que existem aspetos respeitantes à legalidade e regularidade das operações que não podem ser verificados em ambiente “desk”, as AG desenvolvem, a título complementar, verificações “in loco” das operações, designadas por **verificações no local**, com vista a confirmar a realidade da operação, o seu progresso físico, a exatidão da informação sobre execução física declarada ao programa, bem como o respeito pelas regras comunitárias em matéria de publicidade.

Prosseguindo o objetivo de garantir a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo da **modalidade de custos unitários**, a determinação dos montantes de despesa a aprovar deverá ser efetuada com base na atividade física declarada e no cumprimento das condições para o pagamento.

Em sede de análise de cada pedido de reembolso, é selecionada para verificação uma amostra aleatória mínima de 30 estagiários, tendo por referência os dados acumulados declarados pelo

IEFP, I.P. no módulo de execução física da operação. Identificam-se, de seguida, os documentos considerados relevantes para a referida análise:

- Comprovativo da condição de jovem NEET;
- Comprovativo da habilitação literária detida;
- Comprovativo da condição de deficiência e incapacidade do estagiário ou de outro fator de majoração, quando aplicável;
- Comprovativo da dimensão da entidade acolhedora;
- Mapas de assiduidade relativos aos meses declarados no pedido de reembolso em análise;
- Cópias do contrato celebrado entre a entidade acolhedora e o estagiário;
- Cópia do termo de aceitação assinado pela entidade acolhedora do estágio;
- Os demais elementos que se apresentem necessários para aferir da elegibilidade do estágio na política pública e na respetiva Tipologia de operações, assim como para validação do custo unitário de referência praticado.

O montante total dos custos a aprovar por cada pedido de reembolso resulta do cruzamento entre os dados de execução física declarados (identificação exaustiva de cada estagiário, da sua habilitação e do n.º de meses acumulado do estágio) e as tabelas de custos unitários identificadas em cada Aviso em concreto.

A dimensão e o tipo de documentação de suporte a solicitar aos beneficiários para efeitos de verificação administrativa baseia-se numa avaliação dos riscos de cada tipo de operação ou beneficiário, pelo que pode proceder-se à seleção complementar de amostras dirigidas.

▪ **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.**

O processamento dos apoios ao estagiário é regulado nos normativos legais associados a cada uma das medidas, estando os respetivos regulamentos disponíveis no portal do IEFP.

## Anexo

### Diplomas legais que definem as medidas de política pública enquadradas nas tipologias de operação abrangidas pela metodologia de custos simplificados

- **Estágios Emprego:**

**Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho**, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro e pela Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro (Período de vigência: 31 de janeiro de 2014 até 30 de julho de 2014);

**Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho** que altera e republica a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 28 de julho (Período de vigência: em vigor a partir de 31 de julho de 2014), pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Estágios de Inserção para Pessoas com Deficiência e Incapacidade:**

**Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro**, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 131/2013, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 108/2015, de 17 de junho;

**Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho**, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro e pela Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro (Período de vigência: 31 de janeiro de 2014 até 30 de julho de 2014);

**Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho** que altera e republica a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 28 de julho (Período de vigência: em vigor a partir de 31 de julho de 2014), pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).



- **Medida REATIVAR:**

**Portaria n.º 86/2015, de 20 de março**, regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril, pelo Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017) e pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Medida Estágios Profissionais:**

**Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril**, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 4462/2017, de 24 de maio, com as adaptações decorrentes das medidas de intervenção no âmbito dos incêndios introduzidas pela Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 35/2017, de 11 de outubro, Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9620/2017, de 02 de novembro, pelo Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril pelo Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho, pelo despacho n.º 3184/2019, de 22 de março e pelo Despacho n.º 5490/2020 de 13 de maio (Período de vigência: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017).

- **Medida Estágios ATIVAR.PT:**

**Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto**, alterada pela Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 714-B/2021, de 15 de janeiro (Período de vigência: em vigor a partir de 28 de agosto de 2020).

## 31/

